

92 EQUILÍBRIO E DESAFIO NA PROMOÇÃO DA LIVRE INICIATIVA E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO COM RESPEITO AO DIREITO DE PERSONALIDADE À IGUALDADE

Mário Antônio Canôas de Freitas Souza

Acadêmico do Curso de Direito, Campus Maringá-PR, mariocanoas12@hotmail.com

Andryelle Vanessa Camilo Pomin

Mestra, Professora. andryellecamilo@gmail.com

Dirceu Pereira Siqueira

Pós-doutor, Professor, dpsiqueira@uol.com.br

INTRODUÇÃO:

Este estudo investiga o delicado equilíbrio entre desenvolvimento econômico, livre iniciativa e a proteção do direito da personalidade à igualdade no Brasil, focando na interação entre as forças econômicas e os direitos individuais, bem como no papel regulatório do Estado. A análise destina-se a compreender as tensões e sinergias entre estes elementos essenciais, explorando profundamente suas inter-relações. A relevância deste trabalho reside no cenário socioeconômico atual, em que o desafio de equilibrar o crescimento econômico com os direitos fundamentais é crucial para a sustentabilidade social e jurídica. A justificativa deste tema reside na observação de que, apesar dos avanços legislativos e sociais, persistem desafios significativos na harmonização entre o crescimento econômico e o respeito ao direito de personalidade à igualdade.

Conforme discutido por Cristiano Chaves de Farias e Nelson Rosendal (2017), é vital que a livre iniciativa seja equilibrada com a proteção efetiva dos direitos de personalidade, tais como honra, privacidade e igualdade. Já Luís Roberto Barroso (2019) ressalta a necessidade de o Estado reduzir desigualdades sociais para assegurar uma competição justa. Neste sentido, Amartya Sen (2009) enfatiza que o desenvolvimento deve ser medido pela ampliação das liberdades humanas, e Roberto Mangabeira Unger (2011) defende a importância das inovações institucionais para que políticas públicas promovam simultaneamente o crescimento econômico e a equidade.

No entanto, o estudo enfrenta limitações relacionadas à complexidade de isolamento dos fatores econômicos como variáveis independentes na influência sobre os direitos da personalidade. A especificidade do contexto legal e econômico brasileiro também pode limitar a aplicabilidade dos resultados a outros contextos. Além disso, a rápida evolução das economias globais pode influenciar a relevância temporal das conclusões deste trabalho.

Em resumo, esta pesquisa visa contribuir significativamente para o debate sobre como assegurar que o crescimento econômico e a livre iniciativa não ocorram à custa dos direitos da personalidade, oferecendo um caminho viável para a justiça social e econômica no Brasil.

PROBLEMA DE PESQUISA:

O objeto deste estudo é a investigação da interseção entre desenvolvimento econômico, livre iniciativa e a tutela dos direitos da personalidade sob a ótica jurídica brasileira. A problemática central questiona: Como o Estado brasileiro pode regulamentar

a livre iniciativa para promover um desenvolvimento econômico que respeite e fortaleça os direitos da personalidade?

Este problema apresenta uma complexidade intrínseca que abarca múltiplas dimensões, incluindo aspectos legais, econômicos e sociais. Conforme destaca Américo Plá Rodriguez (1981), embora a livre iniciativa seja crucial para incentivar a inovação e o crescimento econômico, uma regulação deficiente pode resultar em desigualdades acentuadas e na erosão de direitos fundamentais individuais, como privacidade, igualdade e segurança.

Neste Sentido, para Norberto Bobbio (2004) enfatiza que a relevância deste problema se amplifica em períodos de crise econômica ou política, quando políticas de estímulo econômico podem entrar em conflito com a proteção dos direitos humanos, acarretando diversas repercussões sociais adversas. A dinâmica entre desenvolvimento econômico e direitos da personalidade, conforme apontado por Celso Antônio Bandeira de Mello (2014), é continuamente alterada por mudanças legislativas, avanços tecnológicos e transformações sociais, exigindo uma análise constante e atualizada.

A delimitação deste problema de pesquisa requer uma análise cuidadosa dos meios pelos quais o Estado pode intermediar a atividade econômica para assegurar que a livre iniciativa não infrinja ou minimize os direitos da personalidade. Essa análise é vital para o desenvolvimento de propostas de políticas públicas, reformas legais e práticas empresariais que fomentem um desenvolvimento econômico justo e sustentável.

Portanto, o problema de pesquisa aqui proposto detém uma importância significativa tanto para a esfera acadêmica, nas áreas de direito e economia, quanto para a sociedade em geral, oferecendo contribuições práticas para enfrentar desafios que impactam diretamente o bem-estar e a qualidade de vida da população brasileira.

OBJETIVO:

Objetivo Geral: O objetivo geral deste estudo é investigar como o Estado brasileiro pode regulamentar a livre iniciativa para promover um desenvolvimento econômico que respeite e fortaleça o direito da personalidade à igualdade, assegurando assim um equilíbrio entre crescimento econômico e proteção dos direitos fundamentais.

Objetivos Específicos:

Analisar a evolução histórica e a natureza jurídica da livre iniciativa e dos direitos da personalidade no Brasil.

Avaliar os impactos socioeconômicos da livre iniciativa no Brasil, considerando tanto os benefícios quanto as tensões que surgem em relação à proteção dos direitos à personalidade e à igualdade.

Descrever a natureza jurídica da livre iniciativa e sua conceituação dentro do ordenamento jurídico brasileiro, identificando as principais doutrinas e interpretações relevantes

Avaliar os impactos socioeconômicos da livre iniciativa no Brasil, considerando tanto os benefícios quanto as tensões que surgem em relação à proteção dos direitos à personalidade e à igualdade.

Explorar a relação entre a igualdade como um direito da personalidade e a livre iniciativa, considerando o papel regulador do Estado e as garantias constitucionais relacionadas.

MÉTODOLOGIA:

Este estudo adota uma metodologia descritiva e bibliográfica, focada na análise das relações entre livre iniciativa, desenvolvimento econômico e a salvaguarda dos direitos à personalidade e igualdade no ambiente jurídico e social do Brasil. Tal abordagem permite uma exploração aprofundada e uma avaliação crítica das interações legais e econômicas pertinentes ao assunto.

Para a coleta de dados, recorreu-se a bases de dados acadêmicas renomadas como SciELO e CAPES, empregando termos-chave como "livre iniciativa", "direitos da personalidade", "desenvolvimento econômico", "igualdade" e "Constituição de 1988". A seleção de materiais focou em publicações dos últimos anos que apresentaram significativa relevância para o tema em investigação.

O procedimento de coleta de dados seguiu os passos típicos da pesquisa bibliográfica:

Inicialmente, identificaram-se publicações preliminares essenciais para obter uma compreensão abrangente das discussões e temas cruciais. Em seguida, selecionaram-se documentos que estavam em estreita correspondência com os objetivos da pesquisa, garantindo a pertinência e a aplicabilidade dos materiais. A etapa final envolveu a síntese e análise crítica dos dados coletados, integrando e confrontando as informações para formular uma visão bem fundamentada e articulada sobre o equilíbrio entre livre iniciativa, desenvolvimento econômico e proteção dos direitos à personalidade e igualdade.

RESULTADOS ALCANÇADOS:

A pesquisa propõe-se a fornecer uma análise aprofundada da interação entre desenvolvimento econômico, livre iniciativa e proteção dos direitos da personalidade no Brasil, apoiada em contribuições de renomados doutrinadores.

Inicialmente, realizar-se-á uma revisão da evolução histórica e da fundamentação jurídica, baseando-se nos estudos de José Afonso da Silva, que articula uma visão detalhada sobre os direitos fundamentais e seus vínculos com os princípios econômicos. Seus trabalhos fornecem uma perspectiva crucial para entender as mudanças legislativas e judiciais que moldaram a legislação brasileira (Silva, 2006).

Além disso, a análise do papel regulatório do Estado na economia será conduzida sob a ótica de Celso Antônio Bandeira de Mello, que destaca a função social do Estado e a regulação econômica como elementos fundamentais para a harmonia entre crescimento econômico e proteção social (Mello, 2009).

Os impactos socioeconômicos da livre iniciativa serão examinados seguindo a análise de Fábio Konder Comparato, que discute a ética nas práticas empresariais e seus impactos nos direitos humanos, demonstrando como essas práticas influenciam a sociedade (Comparato, 2006).

Por fim, as sugestões para melhorar o equilíbrio entre a livre iniciativa e os direitos da personalidade serão desenvolvidas a partir das reflexões de Luís Roberto Barroso, que enfatiza a necessidade de uma conciliação entre as liberdades econômicas e os direitos fundamentais para alcançar um desenvolvimento equitativo (Barroso, 2013).

Essas contribuições teóricas são essenciais para embasar a pesquisa, garantindo uma análise abrangente que não apenas busca compreender os desafios atuais, mas também propõe soluções para eles.

REFERÊNCIAS:

BARROSO, Luís Roberto. **A Dignidade da Pessoa Humana no Direito Constitucional Contemporâneo**. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2013.

BARROSO, Luís Roberto. **Curso de Direito Constitucional Contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo**. 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos**. Nova edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

COMPARATO, Fábio Konder. **Ética: Direito, Moral e Religião no Mundo Moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

FARIAS, Cristiano Chaves de; Rosenvald, Nelson. **Direitos de personalidade e sua tutela**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2017.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo**. São Paulo: Malheiros Editores, 2009.

RODRIGUEZ, Américo Plá. **Los Principios del Derecho del Trabajo**. 3ª ed. Buenos Aires: La Ley, 1981.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. São Paulo: Malheiros Editores, 2006.

UNGER, Roberto Mangabeira. **O futuro do direito e da democracia no Brasil: ensaios sobre a inovação institucional**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2011.